

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.342.322 - RS (2018/0200267-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **LABORATÓRIOS PFIZER LTDA**
ADVOGADOS : **LEONARDO RUEDIGER DE BRITTO VELHO - RS046860**
LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
JULIO CESAR DE OLIVEIRA - SP305338
BRUNA MONIQUE VACCARELLI E OUTRO(S) - SP350377
AGRAVADO : **JESSICA BATTANOLI ZBOROWSKI NUNES**
ADVOGADO : **FABIANA DE FATIMA RODRIGUES PEREIRA PRATES E**
OUTRO(S) - RS049050

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL E DE SÚMULA. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Agravo de instrumento interposto contra decisão que, em ação indenizatória, deferiu a inversão do ônus da prova.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
4. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
5. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
6. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
7. Agravo em recurso especial conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por LABORATÓRIOS PFIZER LTDA., contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea “a” do

permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 27/06/2018.

Concluso ao gabinete em: 07/05/2019.

Agravo de instrumento: interposto pela agravante em face de JESSICA BATTANOLI ZBOROWSKI NUNES, contra decisão que, em ação indenizatória, deferiu a inversão do ônus da prova em favor da agravada.

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO.
RESPONSABILIDADE CIVIL. CONSUMIDOR. INVERSÃO DO
ÔNUS DA PROVA.

Evidenciada a relação de consumo entre as partes, é possível a inversão do ônus da prova, nos termos do inciso VIII do art. 6º do CDC.

A inversão do ônus da prova pode estar baseada na hipossuficiência de a parte autora demonstrar os fatos alegados porque não tem acesso aos elementos de prova ou pela falta de conhecimento técnico.

Consideração dos elementos específicos dos autos.

Agravo de instrumento não provido.

Embargos de declaração: opostos pela agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 156, 373, §1º e §2º, 1.013, §1º, 1.022, II e 1.025, do CPC/15, do art. 5º, LV, da CF/88.

Afirma haver omissão quanto aos elementos ensejadores da inversão do ônus da prova, da limitação à busca da verdade, além de contradição em relação ao indeferimento da prova pericial, pois teria sido indicou a especialidade e a finalidade da prova pretendida.

Aduz que “*não restaram preenchidos os requisitos necessários a fim de possibilitar a inversão do ônus da prova*” (e-STJ, fl. 360).

Sustenta que o Tribunal de origem teria cerceado o seu direito à produção de provas, tendo em vista que foi indeferida a realização de prova pericial, e lhe teria sido imputada a produção de uma prova impossível. Defende que a prova deveria ser produzida para auxiliar o juiz e requereu a concessão do efeito suspensivo.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

- Julgamento: CPC/15

- Da violação de dispositivo constitucional ou de súmula

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/15

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente, acerca da inversão do ônus da prova e das razões para o indeferimento da prova pericial (e-STJ, fls. 312/316), de maneira que os embargos de declaração opostos pelo agravante de fato não comportavam acolhimento.

A agravante alega ainda a existência de contradição no acórdão recorrido ao indeferir a prova pericial, pois a especialidade e a finalidade da prova pretendida teria sido indicada.

O Tribunal de origem foi claro ao entender que seria inviável o deferimento em segundo grau da produção de prova pericial, vez que não especificada a sua espécie e tão pouco a sua finalidade, não podendo se falar em contradição.

Ressalte-se que a contradição autorizativa do manejo dos embargos

de declaração é a contradição interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e a solução que almejava o jurisdicionado.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

- Da fundamentação deficiente

O Tribunal de origem consignou que a agravante teria maior conhecimento sobre a matéria e que caberia a ela provar que sua conduta teria sido pautada pela boa técnica e trazer aos autos todas as informações sobre o produto e proceder. Em seguida, salientou que a prova impossível não poderia ser dela exigida (e-STJ, fl. 316).

Nas razões de seu recurso especial, a agravante sustenta que lhe teria sido imputada a produção de uma prova impossível.

Desta forma, os argumentos invocados pelo recorrente não demonstram como o acórdão recorrido violou o 373, §2º, do CPC/15, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 156 e 1.013, §1º, do CPC/15, indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

Além disso, no que se refere à alegação de prequestionamento da matéria em razão do teor do art. 1.025 do CPC/15, cabe ressaltar que o dispositivo citado dispõe que serão incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.

Entretanto, na situação posta em análise, esta Corte não entende pela existência de erro, omissão, contradição ou obscuridade, o que impede a inclusão dos dispositivos mencionados nas razões do recurso especial no bojo do acórdão impugnado para fins de prequestionamento da matéria.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à possibilidade de inversão do ônus da prova e à inviabilidade do deferimento da prova pericial pleiteada, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15. Prejudicada a análise do pedido de efeito suspensivo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora